



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS-SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS
APRESENTA:



A força da transparência

Ministros e conselheiros substitutos lançam a campanha "Contas públicas são da nossa conta" a fim de conscientizar a população sobre a fiscalização dos gastos públicos. Esse é o caminho para que os recursos arrecadados atendam a todos

As atividades mais simples do dia a dia, como pegar um ônibus, ir ao médico, fazer compras, colocar gasolina no carro e até mesmo lavar as mãos geram um fluxo de recursos de origem pública, ou seja, de impostos pagos pela população. É muito importante entender como ocorre esse processo para que ele possa ser fiscalizado e executado de forma correta.

A grande maioria dos brasileiros, contudo, não conhece as proporções e os destinos desse dinheiro, e o acesso a essas informações costuma ser muito difícil. Nesse cenário, a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) lança a campanha "Contas públicas são da nossa conta", tendo como metas facilitar a compreensão de dados financeiros dos governos e envolver o máximo de cidadãos e organizações no acompanhamento do orçamento público.

Ação parte do princípio de que o monitoramento social do ciclo de arrecadação de impostos e seu gasto com o interesse público são essenciais para garantir que os desejos e as necessidades da população sejam atendidos. "A participação de cada cidadão no controle das contas públicas é de extrema importância para o combate à corrupção e para o fortalecimento das instituições", explica o Presidente da Audicon, ministro substituto Marcos Bemquerer.

Os primeiros passos para uma gestão

mais transparente foram dados por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000, que passou a exigir compensação orçamentária, justificativa de gastos e equilíbrio entre receitas e despesas, e por intermédio da Lei de Acesso à Informação, de 2012, que regulamentou o direito constitutivo do cidadão ao acesso a informações produzidas ou detidas pelo governo.

Plataforma on-line

Agora, a nova campanha trabalha em três frentes: educação, acessibilidade e informação. A partir deste mês, a associação dos ministros substitutos e conselheiros substitutos dos tribunais de contas proporcionará debates em universidades e faculdades de gestão pública, administração, direito, economia e jornalismo, abordando o tema das contas públicas, assim como o orçamento e a fiscalização. Além disso, realizará seminários de jornalismo e contas públicas, para auxiliar profissionais de imprensa a acompanhar, compreender e traduzir dados financeiros.

Não é só. A Audicon também lançará uma plataforma on-line com orientações básicas para quem deseja ficar a par das decisões sobre gastos públicos no país. O site tem por objetivo reunir conhecimentos de conselheiros e ministros substitutos de maneira didática, de forma que o conteúdo sirva de instrumento para o ativismo

do cidadão: serão disponibilizadas informações sobre a forma em que os recursos públicos podem ser usados, em que proporção do orçamento de uma administração específica, limites de gastos com quadros de servidores, processos de licitação aceitáveis, entre outros conhecimentos.

Primeiro centenário

A campanha "Contas públicas são da nossa conta" foi lançada no aniversário de 100 anos da criação do cargo de ministro substituto do Tribunal de Contas da União (TCU), que se deu em um evento de dois dias no Instituto Serzedello Corrêa, com o apoio institucional da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), além da parceria com o TCU, com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e com a Associação dos Tribunais de Contas dos Municípios. A programação contou com a participação de professores, advogados, conselheiros, ministros, jornalistas, cientistas políticos e especialistas em marketing político para debates sobre o momento atual do Brasil na história, a inovação digital no setor público e na fiscalização orçamentária, a melhor forma de lidar com fake news e o papel dos tribunais de contas na nova organização político-social como catalisadores da transparência e da participação social nos momentos decisórios.

Fotos: Minervino Junior/CB/D.A Press



Seminário promovido pela Audicon mostrou o quanto o controle eficiente das contas públicas é importante para o combate à corrupção e o fortalecimento das instituições

Participação social

A logomarca do evento de lançamento da campanha "Contas Públicas São da Nossa Conta" teve como tema um tribunal de contas inserido na cidade. O objetivo da campanha é apresentar para a sociedade um modelo de sistema de contas públicas para o Brasil mais aberto e transparente, a partir do chamado monitoramento social: a participação de entidades e cidadãos no acompanhamento da execução de orça-



mentos do seu setor, do seu interesse ou da sua área de atuação. Por isso, a logomarca da campanha nacional lançada pelos mi-

nistros e conselheiros substitutos traz uma lupa, conclamando os cidadãos a fiscalizar.

O modelo é tendência no mundo inteiro, e o primeiro passo para fazê-lo funcionar é conscientizar a sociedade de que ela está inserida no processo de movimentação de interesses públicos, seja uma operação do governo, um serviço por licitação ou uma concessão. Tudo que acontece na vida do cidadão, desde acender a luz até fazer compras, dirigir, jantar com a família ou sair com os amigos, gera um fluxo de recursos que impacta direta ou indiretamente nas contas públicas. Logo, é necessária a participação de todos no processo de fiscalização.

É preciso saber o destino do dinheiro, diz Barroso

Luís Roberto Barroso, jurista, professor e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), apresentou no evento um resumo histórico do Brasil no último século, concluindo que o saldo de 30 anos de democracia é positivo. "Derrotamos a ditadura, a hiperinflação e a miséria", afirma. "Nos temos sistema de saúde, educação de amplo acesso, mulheres conquistando espaço no mercado de trabalho, liberdade de expressão, luta contra o racismo. Mas ainda há o preconceito e as coisas estão ruins, sim. Mas elas existem e é preciso reconhecer isso", completa.

O ministro define o momento do Brasil hoje como de transição de uma velha para uma nova ordem, garantindo que é normal haver resistências. Ele alerta ainda para a necessidade de fortalecer a participação social nas decisões políticas e no controle financeiro do Estado. "A elaboração do orçamento é um espaço democrático negligenciado, as pessoas precisam entender quanto de dinheiro vai para cada coisa", explica.

O ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto também esteve presente no evento da Audicon. O atual advogado, conferencista e membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas é especialista em teoria constitucional e afirma que "nós somos felizes juridicamente e não sabemos". Seguindo ele, "não há, no mundo, uma constituição tão humanista, democrática e atualizada quanto a nossa". E acrescenta que ela serve o país de forma eficiente.

Superação

Mas, no entender de Britto, para vencer a crise, é necessário garantir o funcionamento adequado das instituições previstas na Constituição, pois é a única forma pela qual elas se dão ao respeito e justificam sua existência. "É preciso tratá-la como uma mesa redonda e buscar nela uma agenda de superação para chamar de nossa, porque, fora dela, há apenas a minha agenda, a sua, a de fulano, todas narcisistas e nenhuma que supra as necessidades do país", destaca. Ao abordar os tribunais



Luís Roberto Barroso afirma que o Brasil está em transição de velha para uma nova ordem

de contas, acrescenta que seu funcionamento depende de os ministros e conselheiros substitutos estarem adequadamente em sua função de judicatura.

"O critério de recrutamento para o cargo de ministro substituto e de conselheiro substituto já tem um prestígio natural, pela alta qualidade dos seus ocupantes e é um cargo importantíssimo para o bom funcionamento dos tribunais de contas", diz o procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas da União (TCU) Julio Marcelo de Oliveira. Ele afirma que a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon) defende a PEC 329, de reforma de tribunais de contas, em que a maior parte dos conselheiros titulares e dos ministros do TCU deve ser recrutada a partir de conselheiros substitutos e ministros substitutos.



Um riso para descontrair

Toda a programação do evento contou com a participação do grupo de palhaços Sagrado Riso, que realizou performances nos intervalos entre as palestras e os painéis. "A intenção é tentar quebrar essa imagem rígida e imponente que tem um Tribunal de Contas, e fazer com que as pessoas se sintam mais confortáveis e mais próximas da gente, que tenham vontade de participar e abraçar nossa campanha", explica o presidente da Audicon, Ministro Substituto Marcos Bemquerer.

Pela transparência

Convidados especiais do centenário da Audicon participam da campanha "Contas públicas são da nossa conta" e explicam porque é importante que o cidadão ajude a fiscalizar o que acontece com o dinheiro arrecadado pelo governo.

"O dinheiro que vai para aquela obra ou aquele gasto público não é um dinheiro abstrato, que não é de ninguém, mas o nosso dinheiro, que foi ganho com muito esforço e pago via impostos"

Eliane Cantanhêde, Jornalista e colunista política

"O cidadão tem que se interessar pelas contas públicas, porque elas dizem respeito ao patrimônio público, aos bens públicos e aos valores públicos. E Thomas Jefferson já dizia que administrador público é propriedade do público"

Carlos Ayres Britto, advogado, escritor e ex-presidente do STF

"Se nós não nos envolvermos com o que é feito com o dinheiro público, sem dúvida nenhuma o retorno negativo vem pra gente"

Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira, professor de direito empresarial

"O dinheiro público é o dinheiro de todos, é o seu dinheiro. Portanto, você tem que cuidar dele!"

José Maurício Conti, professor de direito na USP e juiz no TJSP

"Cuidar do dinheiro de todos é responsabilidade compartilhada dos órgãos de controle com o cidadão contribuinte"

Francisco Gominho, presidente da ANTC

"O Brasil é como o seu condomínio em obras: fiscalize, seja propositivo e assegure a boa e correta destinação dos raios que você paga"

Heloísa Helena Godinho, conselheira Substituta do TCE/GO, Diretora da AUDICON

Trabalho árduo para garantir a lei

A corte do Tribunal de Contas da União (TCU) é estruturada por um colegiado composto de treze ministros, sendo nove ministros titulares e quatro ministros substitutos. Todos eles têm o dever de fazer a gestão processual de tudo o que acontece no tribunal, ou seja, de delegar ou tomar as decisões relativas aos processos, além de determinar diligências, notificações e citações.

"Se alguém faz uma denúncia, é aberto um processo. Se nós vamos fazer auditoria, é aberto um processo. Se um órgão governamental presta contas anualmente, é aberto um processo. Se o Ministério Público faz uma representação de irregularidades, nós abrimos um processo. O governo federal faz uma consulta sobre aplicação da lei, nós abrimos um processo. Para tudo é aberto um processo. Eles passam por uma equipe de avaliação técnica e, depois, são todos designados a um ministro, seja ele titular ou substituto", explica o ministro substituto Weder de Oliveira.

Após o estudo e a análise de cada processo, os ministros devem relatá-lo para os

demais, que se reúnem em uma câmara de quatro titulares e dois substitutos em casos mais simples, ou na própria corte completa, para aqueles mais elaborados. Nesse momento, é apresentada uma proposta de decisão pelo ministro responsável e, então, ocorre a deliberação, ou seja, uma votação para aprovar ou não a solução apresentada.

A única diferença funcional entre os ministros titulares e os ministros substitutos é o momento do voto, que cabe apenas aos titulares. Se, no momento da votação, algum ministro titular não estiver presente ou se considerar impedido, o ministro substituto assume a posição, com todas as garantias do titular. É daí que vem o nome do cargo.

Quando da sua criação em 1918, o cargo foi originariamente chamado de auditor, que, na época, era uma categoria de magistrado de primeiro nível. Com a Constituição de 1988, o cargo foi inserido na estrutura do TCU, com a competência para exercer a judicatura de contas e as garantias e impedimentos dos juízes dos tribunais regionais federais, conhecidos como desembargadores

federais. Em 2013, com a edição da Lei nº 12.811, o cargo passou a ser denominado também de ministro substituto, porque também são membros do Tribunal, participando do julgamento, mas também porque existe uma confusão com o cargo pertencente à carreira dos auditores federais de controle externo do TCU, que realizam as auditorias e fiscalizações, mas não participam dos julgamentos.

Já o cargo de ministro substituto dos tribunais de contas é regido pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional, com complemento da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, de 16 de julho de 1992. É provido mediante concurso público e qualquer pessoa pode prestar, desde que cumpra todos os pré-requisitos, também necessários para indicar um ministro titular: ter entre 35 e 65 anos, idoneidade moral e reputação ilibada (ficha limpa) e mais de 10 anos de experiência em efetiva atividade profissional que exija conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

Estante

Durante a comemoração do primeiro centenário da criação do cargo de ministro substituto do Tribunal de Contas da União, foram lançados cinco livros:

Ministros Substitutos do Tribunal de Contas da União: Dados biográficos
TCU, pelo Museu Instituto Guido Mondin, 2018

Aborda a história dos 100 anos do cargo de ministro substituto, com a história de cada um que ocupou os cargos.

Tribunais de Contas: Temas polêmicos na visão de ministros e conselheiros substitutos
Luiz Henrique Lima, conselheiro substituto de Mato Grosso.
Editora Fórum, 2018.

O livro reúne uma seleção de artigos assinados por ministros e conselheiros substitutos enfrentando temas polêmicos, mas indispensáveis para a compreensão do controle externo em nosso país e a superação dos seus atuais impasses.

Tribunal de Contas Democrático
Licurgo Mourão, conselheiro substituto de Minas Gerais, Arlane Sherman, mestre em direito administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG, e Rita Chioferra, mestre em administração pública e servidora do TCE-MG.
Editora Fórum, 2018.

A obra busca discutir quais são as principais fragilidades apresentadas pelos Tribunais de Contas no Brasil, mesmo passados 30 anos da promulgação da Constituição da República de 1988, a chamada Constituição Cidadã.

Controle Compartilhado das Políticas Públicas
Sabrina Nunes Iocken, conselheira substituta de Santa Catarina.
Editora Fórum, 2018

A obra propõe uma discussão teórica mais densa sobre os desequilíbrios e as disfunções das instituições tradicionais, sob o marco de uma democracia inclusiva, de exercício contínuo.

Controle Externo: Teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas
Luiz Henrique Lima, conselheiro substituto de Mato Grosso. Editora Método, 2018.
A obra proporciona uma abordagem extensa do controle externo da administração pública no Brasil. Contém material suplementar para concurso e vídeos dos temas mais relevantes.



Para Carlos Ayres Britto, ex-ministro do STF, Constituição do país deve ser valorizada e respeitada



Ministro Marcos Bemquerer diz que é preciso reduzir as influências políticas nas indicações para os tribunais de contas



Ministro Weder de Oliveira afirma que integrantes de tribunais de contas devem ter reputação ilibada



Informação confiável é fundamental

Um dos principais assuntos abordados no centenário do cargo de ministro substituto foram as fake news: textos escritos em formato de notícia, contendo informações deturpadas ou incorretas e divulgadas em grande escala, com o objetivo de prejudicar um movimento ou alguém específico.

O ministro do TCU José Múcio Monteiro explica que esse fenômeno social é resultado de uma polarização agressiva de ideologias e uma ameaça direta à democracia, por empobrecer debates e influenciar o resultado de eleições negativamente: "A máxima da guerra é que a verdade é a primeira

vítima. Fica cada vez mais difícil ter um pleito legítimo", afirma.

Em painel sobre o assunto, Marcelo Vitorino, especialista em marketing político, diz que é muito complicado pesquisar sobre fake news e propor soluções, porque as mídias usadas para disseminação, Facebook e Whatsapp, são fechadas e não permitem a análise de fontes, acessos e comportamentos. No entanto, o professor e ex-ministro do STF Ayres Britto acredita que os grandes veículos de mídia são cruciais para separar as informações e dizer o que é verdadeiro e o que é falso.

Cristiano Ferri, cientista político do

Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados, indica alguns passos para evitar a disseminação de fake news: não confiar em matérias pretensamente jornalísticas, que sejam recebidas em redes sociais sem link para algum site, e quando houver esse link, check se remete para uma fonte consolidada e conhecida de notícias, mesmo tendo um viés político claro. "Essa é uma forma de checar a fonte. Notícia sem fonte já é indicio de fake news. Ainda assim, isso não é suficiente, mas pode ser um começo", explica. "Em suma: em se tratando de notícias políticas, evite compartilhar com o coração", conclui.